

GLOSSÁRIO DE GESTÃO AMBIENTAL: QUESTÕES DE CORPORA E EQUIVALÊNCIA

Cleci Regina BEVILACQUA

UFRGS

cleci.bevilacqua@terra.com.br

Patrícia Chittoni Ramos REUILLARD

UFRGS

patriciaram@terra.com.br

O grupo TERMISUL, considerando a importância crescente dada às questões relativas à preservação e à proteção do meio ambiente, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte das instituições governamentais, e seguindo a linha de trabalho teórica e aplica que vem sendo desenvolvida desde 1991, centrada em obras terminográficas voltadas para a temática ambiental – *Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente*, com equivalentes em inglês e espanhol e publicado em 1998, e *Glossário Multilíngüe de Direito Ambiental Internacional: terminologia dos Tratados*, em português, espanhol, francês e inglês e publicado em 2004 –, finalizou um Glossário de Gestão Ambiental que repertoria os termos da área em português, recolhidos nas normas ISO da série 14000, relativas à implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com equivalentes em alemão, espanhol, francês e inglês. Os usuários previstos são gestores de empresas do setor privado, tradutores e redatores de textos especializados.

Neste trabalho, apresentaremos algumas questões relativas à constituição do corpus, tais como seleção de fontes – textos normativos, institucionais e didáticos –, coleta e organização dos textos e ferramentas de extração de informação terminológica. Além disso, explicitaremos os critérios aplicados na busca dos equivalentes em língua estrangeira, centrando-nos sobre as dificuldades específicas à língua espanhola e francesa. Mencionaremos, entre outros, os critérios de ocorrência em textos normativos, legais e institucionais, precisão, confiabilidade e abrangência, frequência, bem como a apresentação de notas explicativas para esclarecer diferenças conceituais entre termos do português e as duas línguas estrangeiras em questão.

O SGA caracteriza-se como um conjunto de parâmetros – o comprometimento da empresa com a reciclagem de resíduos, a utilização mínima de energia, entre outros – estabelecido em diversas normas, que deve ser seguido pelas empresas privadas interessadas em obter a certificação relativa à Gestão Ambiental. Auditorias internas e, posteriormente, externas atestam o cumprimento a essas normas, concedendo a certificação às empresas.

Sendo o SGA estabelecido pela ISO (*International Organization for Standardization*), essas normas constituíram nossa primeira fonte de coleta de termos, a partir da língua portuguesa. Observe-se que, nos textos das normas, há uma seção que inclui definições de termos-chave, todos selecionados para conformarem a nomenclatura do Glossário. Além desses, foram coletados nas normas outros termos julgados pertinentes para a perfeita compreensão do SGA.

Foram igualmente utilizados, como fonte de coleta, a legislação brasileira relativa ao meio ambiente e textos de referência tais como dicionários, manuais, textos científicos e relatórios. Assim, os *corpora* em língua portuguesa e em língua estrangeira se constituem especificamente do seguinte conjunto de textos:

1. Normas ISO da série 14000, relativas ao Sistema de Gestão Ambiental: 14001, 14004, 14010, 14011, 14012, 14015, 14020, 14040 e 19011. Os textos dessa série também foram coletados nas línguas estrangeiras, formando um *corpus* paralelo.
2. Legislação brasileira relativa ao meio ambiente: leis brasileiras referentes à Gestão Ambiental, tratados internacionais assinados pelo Brasil na área do meio ambiente¹. Para os tratados internacionais, também foram coletados correspondentes nas línguas estrangeiras, acrescentando-se ao *corpus* paralelo.
3. Textos de referência: artigos científicos, manuais, relatórios, dicionários, etc.

O quadro seguinte sintetiza a constituição dos *corpora* em língua portuguesa e nas línguas estrangeiras representadas no Glossário.

Corpus em Língua Portuguesa	Corpus das Línguas Estrangeiras
Normas ISSO	Normas ISO
Legislação brasileira, incluindo tratados internacionais	Textos legais e tratados internacionais
Textos de referência: artigos científicos, manuais, relatórios, dicionários	Textos de referência: artigos científicos, manuais, relatórios, dicionários

Quadro 1 - Constituição do corpus do *Glossário de Gestão Ambiental*

Fez-se inicialmente uma pesquisa aprofundada em manuais referentes à implantação do SGA em todas as línguas implicadas. De forma complementar, realizaram-se buscas também em dicionários e textos disponíveis na Internet. Para isso, foram seguidos determinados critérios para garantir a confiabilidade do *corpus* e dos termos selecionados em português e nas línguas estrangeiras, que mencionaremos logo abaixo.

Foram utilizadas duas ferramentas principais de busca: o programa de extração de informações *WordSmith Tools* e a rede mundial de computadores, através de buscadores.

Dentre as ferramentas oferecidas pelo programa *WordSmith Tools*, utilizamos a ferramenta *Concordance*, que gera os contextos do termo-chave selecionado, permitindo a apreensão das relações conceituais em língua portuguesa e nas línguas estrangeiras. Essa ferramenta foi utilizada para extrair informações dos textos normativos e legais. Já as buscas dos *sites* na WEB foram feitas através do buscador *Google*, principalmente, em páginas consideradas confiáveis, conforme critérios apresentados abaixo, baseados em Krieger e Marins (2005):

- a) língua de origem do *site*: priorizam-se *sites* cuja língua materna seja o espanhol e o francês;
- b) mantenedor do *site*, que deve ser:
 - órgãos governamentais: Ministerio del Medio Ambiente de la República Argentina; Ministère de l'Environnement; Legifrance;
 - instituições internacionais (Organização das Nações Unidas; Organización panamericana de Salud) e nacionais (Universidad de Buenos Aires, Comisión Nacional de Energía Atómica de la República Argentina; Université de Montpellier II);
 - *empresas*: Concret On-line, da Espanha, Scientific Electronic Library Online, do Chile;

¹ Agenda 21, Convenção de Viena, Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, Declaração Internacional sobre a Produção mais Limpa, Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Deterioram a Camada de Ozônio, Protocolo de Quioto, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática.

- organizações não-governamentais: Ação de Luta Anti-petroleira, da Costa Rica, Associação dos Advogados de Buenos Aires, da Argentina; WWF France;
- c) finalidade do *site*: divulgação da informação (leis, normas, pesquisas, atos administrativos, notícias, etc.), oferecimento e venda de produtos e serviços, engajamento político/ideológico;
- d) nível de especialização do *site* na área:
 - alta especialização (institucional e normativo);
 - especializado (governamental);
 - especialização intermediária (empresarial, organizacional e pessoal).

Vale ressaltar que é através dos contextos que se obtêm elementos para a identificação do sentido do termo e de seu uso, com vistas à elaboração de sua definição e ao estabelecimento da equivalência na língua estrangeira. Tais contextos são extraídos, portanto, do *corpus* coletado, constituindo, por assim dizer, um *subcorpus* do *corpus* principal.

Por equivalência, entendemos a correspondência conceitual entre um termo em língua portuguesa e outro em língua estrangeira, utilizados em contextos semelhantes.

Para o estabelecimento dos equivalentes, propuseram-se os seguintes critérios:

1) *confiabilidade* dos documentos normativos e legais. Por exemplo:

auditoria ambiental: ISO 19011 *auditoría ambiental* (UNIT-ISO14004); *audit environnemental* (AFNOR 14010 2.9).

bioacumulação: *bioacumulación* (Agenda 21); *bioaccumulation* (Agenda 21).

2) frequência: o equivalente encontrado nos documentos do *corpus* paralelo dos textos legais nem sempre é o que registra maior número de ocorrências. Nesses casos, optou-se por apresentar, em primeiro lugar, o equivalente mais freqüente na *Web* – sempre de acordo com os critérios de confiabilidade dos *sites* – e, em seguida, o equivalente do *corpus* paralelo. Por exemplo:

aquecimento global: *calentamiento global* (WUN); *calentamiento atmosférico* (ES Protocolo de Quioto)

assoreamento: *aluvionamiento* (ONU92: 217) *Atarquinamiento* (ES Agenda21)

emissões antrópicas – *émissions anthropiques*; *émission de gaz à effet de serre dans l’atmosphère* (FR Agenda 21)

implementação conjunta: *mise en œuvre conjointe* (MOC) ; *application conjointe* (Convenção-Quadro)

Quando se observou a ausência de coincidência conceitual total de um termo em um par de línguas, por exemplo, português/espanhol ou português/francês, criaram-se notas complementares a fim de esclarecer o usuário sobre as especificidades de cada termo na língua estrangeira. Por exemplo:

Acordos Voluntários Públicos

ES: Usa-se “acuerdos voluntários” que abrange o sentido tanto de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados. A especificação é feita complementando o termo com as partes implicadas (“acuerdo voluntario entre las empresas y la Administración”).

FR: Usa-se “accords volontaires” que abrange tanto o sentido de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados e compreende três subtipos: “accord négocié, engagement unilatéral et programmes publics volontaires”.

Alta Administração

ES: A Norma ISO inclui a seguinte nota: Para los efectos de la presente Norma, en la Argentina, “la dirección superior” significa “el más alto nivel directivo”. (UNIT-ISO 14004)

Stakeholder

EN e ES: Com o mesmo sentido de “stakeholder” também se utiliza “parte interessada”.

Sucata

DE e ES: Os termos “Schrott” e “chatarra”, em alemão e espanhol, respectivamente, referem-se apenas a metais

Conclusões

O trabalho desenvolvido mostrou que, para a delimitação de um termo em língua portuguesa, para a elaboração de sua definição e para o estabelecimento de seus possíveis equivalentes – aqui, no âmbito da Gestão Ambiental –, é fundamental o estabelecimento de um corpus representativo e confiável da área, cujos contextos fornecem as informações necessárias à apreensão conceitual do termo em língua portuguesa e, posteriormente, em língua estrangeira. O contraste e a conseqüente análise desses contextos informativos fornecem os subsídios para a identificação e validação dos equivalentes. Tal metodologia para identificação e coleta de termos e para a busca e validação de equivalentes pode ser aplicada na elaboração de produtos terminográficos com perfil semelhante em outras áreas do conhecimento.

Referências bibliográficas

- BERBER SARDINHA, Tony (2004). *Linguística de corpus*. Barueri, São Paulo: Manole.
- CABRÉ, M. T. (1999). Traducción y terminología: un espacio de encuentro ineludible. *Terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Instituto Universitario de Lingüística Aplicada, Universidad Pompeu Fabra, p. 177-201.
- CABRÉ, M. T. et al. (2000). *És la terminologia um simple instrument d'ajuda a la traducció?* Conferência apresentada no I Congresso de Tradução Científica. Barcelona: Instituto Universitario de Lingüística Aplicada, Universidad Pompeu Fabra.
- HURTADO ALBIR, A. (2001). Traducción y traductología. Introducción a la traductología. Madrid: Cátedra.
- KRIEGER, M.G. (2002). Terminología general Aplicada a la traducción. II Colóquio Internacional sobre Enseñanza de la Terminología e II Seminario sobre la Enseñanza de la Terminología en las Licenciaturas de Traducción e Interpretación en España Granada. [Conferencia]
- KRIEGER, M.G.; Marins, D. S. Busca e valoração de equivalentes em espanhol para termos jurídico-ambientais em sites da Internet. VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses. Gramado, 9 a 12 de novembro de 2005. [Ponencia]
- RODRIGUES, C.C. (200). *Tradução e diferença*. São Paulo: Ed. Unesp

Documentos normativos e legais

Action 21. Rio de Janeiro, 1992.

Agenda 21. Rio de Janeiro, 1992

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14001. Systèmes de management environnemental - Spécifications et lignes directrices pour son utilisation. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14004. Systèmes de management environnemental - Lignes directrices générales concernant les principes, les systèmes et les techniques de mise en oeuvre. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14010. Lignes directrices pour l'audit environnemental - Principes généraux. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14011. Lignes directrices pour l'audit environnemental - Procédures d'audit. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14012. Lignes directrices pour l'audit environnemental - Critères de qualification pour les auditeurs environnementaux. France, 1996.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14015. Management environnemental - Evaluation environnementale de sites et d'organismes (EESO). France, 2002.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14020. Etiquettes et déclarations environnementales - Principes généraux. France, 2002.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14040. Management environnemental - Analyse du cycle de vie. France, 1997.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 14041. Analyse du cycle de vie - Définition de l'objectif et du champ d'étude et analyse de l'inventaire. France, 1998.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION. NORME FRANÇAISE 19011. Lignes directrices pour l'audit des systèmes de management de la qualité et/ou de management environnemental. France, 2002..

CONVENCIÓN MARCO DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO. Nueva York, 1992.

CONVENTION-CADRE DES NATIONS UNIES SUR LES CHANGEMENTS CLIMATIQUES. New York, 1992.

CONVENIO DE VIENA PARA LA PROTECCIÓN DE LA CAPA DE OZONO. Viena, 1985.

CONVENIO DE ESTOCOLMO SOBRE CONTAMINANTES ORGÁNICOS PERSISTENTES. Estocolmo, 2001.

PROTOCOLO DE MONTREAL RELATIVO A SUSTANCIAS AGOTADORAS DE LA CAPA DE OZONO. Montreal, 1987.

CONVENTION DE STOCKHOLM SUR LES POLLUANTS ORGANIQUES PERSISTANTS. Stockholm, 2001.

CONVENTION DE VIENNE POUR LA PROTECTION DE LA COUCHE D'OZONE. Vienne, 1985.

CONVENTION-CADRE DES NATIONS UNIES SUR LES CHANGEMENTS CLIMATIQUES. Nations Unies, 1992.

DECLARACIÓN DE RÍO SOBRE EL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO. Rio De Janeiro, 1992.

DECLARACIÓN INTERNACIONAL SOBRE PRODUCCIÓN MÁS LIMPIA. Phoenix Park, 1998.

DECLARACIÓN DE LA CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL MEDIO AMBIENTE HUMANO. Estocolmo, 1972.

DÉCLARATION DE LA CONFÉRENCE DES NATIONS UNIES SUR L'ENVIRONNEMENT. Stockholm, 1972.

DÉCLARATION DE RIO SUR L'ENVIRONNEMENT ET LE DÉVELOPPEMENT - principes de gestion des forêts. Brèsil, 1992.

DÉCLARATION INTERNATIONALE POUR UNE PRODUCTION PLUS PROPRE. Phoenix Park, 1998.

NBR ISO 14001 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14001. Gestão ambiental - Especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14004 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14004. Sistemas de gestão ambiental - Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14010 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14010. Diretrizes para Auditoria Ambiental - Princípios Gerais. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14012 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14012. Diretrizes para Auditoria Ambiental - Critérios de Qualificação para Auditores Ambientais. Rio de Janeiro, 1996.

NBR ISO 14015 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NORMA BRASILEIRA 14015. Gestão Ambiental - Avaliação Ambiental de Locais e Organizações (AALO). Rio de Janeiro, 2003.

PROTOCOLE DE KYOTO À LA CONVENTION-CADRE DES NATIONS UNIES SUR LES CHANGEMENTS CLIMATIQUES. ONU, 1997.

PROTOCOLE DE MONTREAL RELATIF À DES SUBSTANCES QUI APPRAUVRISSENT LA COUCHE D'OZONE. Montreal, 1987.

PROTOCOLO DE KYOTO DE LA CONVENCIÓN MARCO DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO. Kyoto, 1997

NORMA ISO 19011:2002. Directrices para la auditoría de los sistemas de gestión de la calidad y/o ambiental.

UNIT-ISO 14001 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14001. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14004 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14010 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA. 14010 Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14011 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14012 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14004. Sistemas de gestión ambiental - Directrices generales sobre principios, sistemas y técnicas de apoyo. Montevideo, 2000.

UNIT-ISO 14020 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14020.

Etiquetas y declaraciones ambientales - Principios generales. Montevideo, 1999.

UNIT-ISO 14040 INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS / NORMA URUGUAYA 14040.

Gestión ambiental - Análisis del ciclo de vida - Principios y marco Montevideo, 1999.

UNITED NATIONS disponível em www.un.org, acesso em 13/06/2006.